

Maia mostra que proposta a

09 NOV 1990

JORNAL
Paulo Nicollella/11-9-90

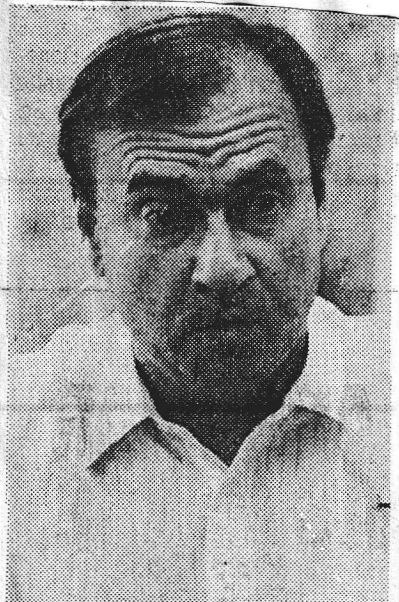
bancos desmente orçamento

José Ramos

BRASÍLIA — O deputado César Maia (PDT-RJ) denunciou ontem que a proposta orçamentária de 1991 enviada pelo governo federal ao Congresso Nacional não coincide com as informações encaminhadas pela equipe econômica ao comitê dos bancos credores da dívida externa. Um dos exemplos mais gritantes, segundo Maia, é a previsão de crescimento da economia para o próximo ano. "O orçamento prevê que o Produto Interno Bruto crescerá 3,5% em 1991, mas o documento encaminhado aos credores está dito que o crescimento será zero".

Segundo Maia, faltam dados que comprovem a "consistência macroeconômica" da proposta orçamentária. "Os componentes da equipe econômica não indicaram como obtiveram os números da previsão de crescimento. Não sabemos qual a taxa de juros prevista para o próximo ano nem a de câmbio. Faltam dados e não é que eles não saibam. Eles sabem, mas têm um grande desapeço pelo Legislativo", criticou.

Indignado com o fato de os credores terem recebido informações muito mais completas que os parlamentares, Maia distribuiu aos deputados e senadores da



César: previsões diferentes

Comissão Mista de Orçamento do Congresso cópias do texto levado a Nova Iorque pela missão brasileira de negociação da dívida.

O deputado queixou-se também da postura dos técnicos que elaboraram o orçamento. Na semana passada, o secretário Nacional de Planejamento, Marcos

Gianetti-Fonseca, esteve no plenário da Comissão de Orçamento para explicar os detalhes da proposta do Executivo. Mas, segundo Maia, as explicações foram insuficientes. "Ele deveria ter pedido que um técnico posteriormente procurasse os parlamentares para complementar as análises, mas parece que não estão muito preocupados com isto", reclamou.

Para evitar a repetição do fato, a Comissão de Orçamento encaminhou ontem ao Ministério da Economia um convite para que a ministra Zélia Cardoso de Mello explique as incongruências apontadas pelos parlamentares, entre as quais está uma previsão de déficit primário de 1,3% do PIB, enquanto o governo anuncia superávit de 1,28% do PIB. Esse rombo, que representaria Cr\$ 408 bilhões a preços de maio, estaria sendo encoberto, segundo Maia, por uma previsão superestimada de receitas provenientes da venda de ativos da União (mansões, estatais, entre outros) e do pagamento do depósito compulsório sobre combustíveis e veículos, através das cotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento. Como o pagamento das cotas é considerada despesa de capital, não entra no cálculo de déficit primário. Portanto, ao superestimar os valores, o governo estaria forjando um superávit que não existe.